

## DIÁLOGO SOCIAL E REORDENAMENTO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO E DE PODER NA ATUALIDADE

### SOCIAL DIALOGUE AND REORGANIZATION OF LABOR AND POWER RELATIONS NOWADAYS

Bruno de Oliveira FIGUEIREDO\*  
José dos Santos SOUZA\*\*

---

**Resumo:** o artigo discute o significado e o desenvolvimento do diálogo social no estágio atual de desenvolvimento do capital. Seu objetivo é explicar o caráter político e ideológico do diálogo social no contexto da relação entre as classes sociais. A análise evidencia a constituição de uma engenharia institucional no âmbito do Estado que visa garantir de forma renovada a harmonização de interesses de empresários, trabalhadores e Estado, com base na perspectiva da concertação social. À título de conclusão, o artigo aponta evidências de que o diálogo social, na atualidade, à pretexto de renovar as relações entre capital e trabalho, nada mais é do que uma estratégia de renovação dos mecanismos de mediação do conflito de classes para garantir a manutenção da hegemonia burguesa em um contexto de crise orgânica do capital.

**Palavras-Chave:** Estado. Hegemonia. Diálogo Social.

---

**Abstract:** The article discusses the meaning and development of social dialogue in the current stage of capital development. Its purpose is to explain the political and ideological character of social dialogue in the context of the relationship between social classes. The analysis shows the constitution of an institutional engineering in the scope of the State that seeks to guarantee in a renewed way the harmonization of interests of entrepreneurs, workers and the State, based on the perspective of social dialogue. As a conclusion, the article points to evidence that social dialogue currently, under the pretext of renewing the relations between capital and labor, is nothing more than a strategy of renewal of the mechanisms of mediation of the class conflict to guarantee the maintenance of bourgeois hegemony in a context of organic crisis of capital.

**Keywords:** State. Hegemony. Social Dialogue.

---

Submetido em 21/06/2019.  
Aceito em 19/02/2020.

---

\* Graduação em Administração de Empresas. Mestrado em Educação. Doutor em Educação pelo PPGEduc/UFRRJ. Professor da Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro (FAETEC), Membro do Grupo de Pesquisas sobre Trabalho, Política e Sociedade (GTPS) - desde 2006 -, integra a Rede Universitas-BR, o Conselho Editorial da Revista Trabalho, Política e Sociedade (RTPS) (desde 2016) e é membro associado da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) e da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE). Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro, Escola Técnica Estadual - Imbariê. Rua Almirante Cochrane, s/n, Santa Lúcia, CEP: 25271-070 - Duque de Caxias, RJ - Brasil. E-mail: <mbrunosaar@gmail.com>.

\*\* Graduação em Pedagogia. Mestrado em Educação. Doutorado em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas e Pós-Doutorado em Ciências Sociais na Educação pela Faculdade de Educação da UNICAMP. Professor de Economia Política da Educação e de Política Educacional do Departamento de Educação e Sociedade do Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Líder do Grupo de Pesquisas Sobre Trabalho, Política e Sociedade (GTPS). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto Multidisciplinar. Rua Savério José Bruno, S/Nº, Moquetá, CEP: 26020-740, Nova Iguaçu, RJ - Brasil. E-mail: <jsantos@ufrj.br>.

## **Introdução**

Neste artigo, abordamos o significado e o desenvolvimento do diálogo social na ordem social capitalista. Primeiro, trataremos dos fundamentos do projeto político socialdemocrata e seu papel ao longo do processo histórico. A partir disso, analisaremos o significado do diálogo social na ordem social capitalista, evidenciando o seu caráter estratégico nos períodos de ameaça à hegemonia burguesa. Fundamentado nessa análise, procuraremos explicar o desenvolvimento do diálogo social a partir da crise estrutural da ordem capitalista evidenciada nas últimas décadas, explicitando sua dinâmica de consolidação. Nosso intento com esta análise é evidenciar a constituição de uma engenharia institucional de âmbito internacional, embora com dinâmicas específicas, segundo o posicionamento de cada país na divisão internacional do trabalho – sejam países do centro capitalista ou países periféricos.

### **1. Origens e Desenvolvimento do Diálogo Social**

A compreensão do significado do diálogo social perpassa a análise do papel da socialdemocracia na dinâmica de produção e reprodução social da vida material no capitalismo. Da mesma forma, tal compreensão perpassa também as contradições entre o arcabouço teórico-metodológico da socialdemocracia clássica e o da socialdemocracia liberal ou Terceira Via.

Para a compreensão da natureza do caráter reformista socialdemocrata, fundamentamo-nos em Mandel (1993), o qual analisa as formas de ser e atuar da socialdemocracia, evidenciando sua essência e modificações ao longo do processo histórico. Nessa perspectiva, o autor parte das diferenciações entre o marxismo revolucionário e o reformismo socialdemocrata, apontando-as como concepções opostas em relação à conquista do poder político-econômico pela classe trabalhadora e à concepção do papel do Estado burguês nesse processo.

Segundo Mandel (1993), o reformismo é uma forma de ser e atuar da socialdemocracia, apresentando-se como estratégia de transição para o socialismo por meio da conquista gradual de maior poder político-econômico por parte dos trabalhadores, consolida-se em uma concepção evolucionista de transição para o socialismo. Essa estratégia está calcada em pelo menos seis processos, a saber: a) nacionalização da propriedade capitalista como forma gradual de dissolução do poder econômico; b) conquistas graduais de espaços de poder no aparelho do Estado, em uma dinâmica de conquistas de grandes metrópoles, depois municipalidades; c) conquista da maioria parlamentar como base para legislar sobre a totalidade da vida social; d) controle dos meios de comunicação; e) controle do aparelho de repressão do Estado; f) controle da seleção dos altos cargos no aparelho de Estado, funcionários, magistrados, oficiais.

Mandel (1993, p. 2-3) confronta a visão reformista com a concepção do marxismo revolucionário, verificando os aspectos ilusórios desta primeira corrente. Em sua crítica feita a Eduard Bernstein<sup>1</sup> e sua concepção geológica da história humana, Mandel questiona: “quantos milênios são necessários para que uma pedra se dissolva?” (Mandel, 1993, p. 3). Com esse questionamento, Mandel (1993, p. 3-4) evidencia a oposição e rejeição da ilusão gradualista em relação à estratégia do marxismo revolucionário, pois a concepção reformista está fundamentada na inércia da burguesia e em sua incapacidade de reação à tomada do poder. Além disso, o autor aponta que, em nenhum país, a burguesia perdeu o poder político-econômico pela estratégia gradualista. Dessa forma, no capitalismo não existem dois poderes. Na realidade, embora ocorra enfraquecimento do poder por meio dessa estratégia em dado contexto histórico, isto não significa a ruptura com a ordem burguesa.

Para aprofundar a análise e evidenciar a natureza do reformismo, Mandel (1993, p. 5) verifica a relação entre reformismo e capitalismo e entre reformismo e Estado burguês. Partindo das teses de Bernstein e Kautsky, Mandel (1993, p. 5) aponta a falta de materialidade nessas teses e evidencia a relação entre a violência e as ações dos socialdemocratas. Segundo o autor, as teorias de Bernstein apontam para um desenvolvimento do capitalismo como um processo evolutivo em direção ao socialismo, possuindo como expressões a diminuição dos conflitos sociais, a diluição do poder da burguesia, a diminuição das guerras e das práticas repressivas da aparelhagem estatal. Nesse aspecto, as teses de Kautsky têm a mesma direção, caracterizando o modelo de regulação social norte-americano como expressão da benevolência, da bondade, do caráter pacífico que a burguesia assumia com a evolução do capitalismo. Em oposição a essas teses, Mandel (1993, p. 5-6) apresenta a tese de Rosa Luxemburgo que aponta o aumento das guerras e acirramento dos conflitos sociais como resultados do desenvolvimento do capitalismo no século XX, tomando como referência os conflitos sociais do período de 1871 a 1900. Nessa linha de argumentação, o autor evidencia a pertinência da tese de Rosa Luxemburgo com base na história do século XX.

Em relação à associação entre estratégia do marxismo revolucionário e violência, Mandel (1993, p. 5), fundamentado na estratégia da Revolução de Outubro, em Petrogrado, observa que, com a constituição da maioria esmagadora da população adulta formada por trabalhadores assalariados e trabalhadores em precárias condições de vida, a violência torna-se marginal. Assim, o autor observa que a Revolução de Outubro gerou menos mortos do que ocorre em um acidente de aviação em apenas um só fim de semana de qualquer grande país (Mandel, 1993, p. 4).

Ao contrário da estratégia marxista revolucionária, as ações da socialdemocracia, limitadas às regras da democracia restrita e à dinâmica de valorização do capital, mantém as estruturas de dominação de classe, as políticas de dominação dos núcleos hegemônicos sobre países da periferia do capitalismo, com relações de sobre-exploração, e a criação e manutenção de regimes de opressão cruéis. Assim, segundo Mandel (1993,

---

<sup>1</sup> Eduard Bernstein é considerado o principal teórico do reformismo e pai do revisionismo. Sua concepção de desenvolvimento da história humana como uma pedra sendo dissolvida por gotejamentos, ou seja, um movimento sem limites e objetivos a ser alcançados, fundamenta a ação do partido socialdemocrata alemão (MANDEL, 1993, p. 3).

p. 9-10), a ocupação do poder pelos partidos socialdemocratas significou à democratização das nações por meio da manutenção dos impérios e de todas as políticas violentas e cruéis necessárias à hierarquização entre países na divisão internacional do trabalho.

Nesse contexto, Mandel (1993, p. 10-11) analisa as políticas imperialistas intensificadas em meados dos anos 1940, lideradas ou apoiadas por partidos socialdemocratas, como por exemplo, o *Labour Party* britânico, o governo da Frente Popular na França, o Partido Socialdemocrata holandês, que promoveram guerras coloniais em grande escala, esmagando com violência as revoltas populares e ações anticoloniais.

Em oposição à estratégia do marxismo revolucionário, o reformismo consiste em uma estratégia de manutenção da ordem social capitalista, condicionando as ações da classe trabalhadora à conciliação de interesses antagônicos, limitadas à dinâmica de valorização do capital e às regras da democracia restrita. A democracia restrita é expressa pela constituição e pelo discurso pautado na ideia de cidadania abstrata. Com o objetivo de manter a dinâmica da luta de classes nos limites da manutenção da sociabilidade burguesa, a socialdemocracia é caracterizada por sua essência reformista e sua existência é condicionada à manutenção e ao equilíbrio da institucionalidade da ordem burguesa de produção e reprodução social da vida material.

Com base na corrente de pensamento reformista, podemos fazer algumas considerações sobre a essência do ideário socialdemocrata: a) sua forma de ser e agir está fundamentada na possibilidade de conciliação de interesses entre classes antagônicas; b) suas ações estão limitadas ao horizonte da democracia restrita e em um padrão de sociabilidade pautado no conceito de cidadania abstrata, ou seja, suas ações estão limitadas à dinâmica do capitalismo monopolista e exigem reformulações a cada período de crise estrutural; c) como suas ações estão fundamentadas na rejeição da tomada do poder do Estado pelo proletariado, a ocupação do poder, para a socialdemocracia, significa uma “boa” administração do Estado burguês, sem ruptura com a ordem social. Com base nessas premissas, o principal papel que a socialdemocracia tem assumido na história do desenvolvimento do capitalismo é a manutenção do consenso em torno do projeto de sociabilidade burguês. Nesse sentido, sua atuação está baseada na formulação de um arcabouço teórico/metodológico necessário ao rebaixamento do nível de consciência político-ideológica da classe trabalhadora e conformação ao projeto de sociabilidade burguês.

Nesse aspecto, a socialdemocracia tem assumido a função de salvar o capitalismo, principalmente em momentos de ameaça de ruptura com a ordem burguesa de produção e reprodução social da vida material, como pode ser evidenciado na análise dos períodos de crise estrutural do capital vividas até o presente. No período caracterizado por uma crise estrutural, nos anos 1930, por exemplo, as ações conciliatórias da socialdemocracia tinham como objetivo conter os conflitos sociais e manter como legítima a institucionalidade da ordem social capitalista. No final da II Guerra Mundial, as contradições do capitalismo foram evidenciadas, caracterizando um período de mobilização das massas populares. É nesse período que as reformas no modo de regulação social, com a consolidação do Estado de Bem-Estar Social, tornaram-se a estratégia necessária à salvação do capitalismo. Essa conjuntura era marcada pela Guerra Fria,

ou seja, sob a ameaça de desenvolvimento do projeto socialista, a burguesia foi obrigada a pagar um preço mais alto pela manutenção de seu poder de classe:

A burguesia e as suas estruturas de poder saíram desacreditadas por todo o seu comportamento durante a guerra. As reformas radicais eram o preço mínimo a pagar para evitar a revolução. A social-democracia [sic] salvou o capitalismo como fizera no fim da Primeira Guerra Mundial. Desta vez, com a co-responsabilidade [sic] dos partidos estalinianos, na França, na Itália e na Grécia com a responsabilidade principal destes últimos. Mas agora a burguesia era bastante obrigada a pagar um preço muito mais elevado do que em 1918-1919 pelos serviços prestados. Os períodos de expansão econômica a partir de 1949 facilitou a operação (Mandel, 1993, p. 12).

Nesse sentido, as ações conciliatórias da socialdemocracia giram em torno da manutenção do projeto de sociabilidade burguês. Como pudemos perceber na análise da essência socialdemocrata empreendida por Mandel (2003), no período de crise estrutural dos anos 1930, as ações da socialdemocracia estavam condicionadas ao projeto de sociabilidade burguês, que tinha como modo de regulação social o Estado de Bem-Estar social. Nesse período, a ameaça de desenvolvimento do projeto socialista permitiu uma dinâmica de conquista de direitos políticos e sociais como estratégia de mediação do conflito de classes. Com a eminência de construção de outro projeto de sociabilidade alternativo ao do capital, a manutenção da hegemonia burguesa exigia um arcabouço teórico-metodológico que mistificasse a conquista do poder político-econômico e a transição para o socialismo. Para alcançar este fim, a transição para o socialismo não poderia ser retirada do horizonte da classe trabalhadora. Assim, o arcabouço teórico-metodológico socialdemocrata foi estruturado a partir da ideologia mistificadora de uma transição para o socialismo, não a negando, mas a propondo como uma forma gradual de mudança em consequência do próprio desenvolvimento do capitalismo, por meio da ampliação da participação democrática, o que supostamente significaria aumento do controle social sobre as decisões estatais sem a necessidade de tomada do Estado. A fundamentação em uma transição evolucionista para o socialismo condicionou as ações da classe trabalhadora às regras da democracia restrita, inviabilizando a construção de outro projeto de sociabilidade. Nesse período, as ações e concepções socialdemocratas fundadas na possibilidade de conciliação de interesses entre classes antagônicas materializam-se em uma dinâmica conciliatória entre capital e trabalho, tomando a forma neocorporativa, eficiente para ofuscar o conflito de classes, baseada na ideologia da concertação social, participação cidadã, pacto social, conciliação de classes sociais etc.

A partir desse contexto, em momentos de ameaça à hegemonia burguesa, as práticas conciliatórias baseadas no princípio do diálogo social são acionadas para restabelecer o equilíbrio entre estrutura e superestrutura, evidenciando a contradição entre a socialização da política e apropriação do poder pela classe fundamental, mas ao mesmo tempo criando os mecanismos políticos e ideológicos necessários para ofuscá-la. Nesse sentido, Chatelet (2003, p. 188) afirma:

E sempre que surge um antagonismo que põe em dúvida a ordem social, um pouco mais perigosamente que o costume, se apele à eventualidade de uma prática do diálogo, da

qual se espera tenha a virtude de conciliar as contradições, de aproximar as divergências (ou as subdivergências), de reduzir as diferenças; em suma, desenvolver os antagonismos a um lugar sólido e neutro, no qual se exerça, na transparência, a boa vontade.

Dessa forma, em momentos de crise estrutural, o diálogo social se torna uma estratégia de reordenamento da política. Conforme a visão de Chatelet (2003, p. 189),

[...] o diálogo [e seus pastiches modernos: a concertação, a participação...] é precisamente uma ilusão, que dá as almas boas e formosas, a ocasião de agitar-se moralmente, e aos que detêm a força, a ocasião de legitimar discursivamente seu poder. [...] Hoje, o diálogo é o simulacro da discussão, pois é raro – e este é um dos argumentos dos defensores do diálogo –, quaisquer que sejam a gravidade do conflito e a importância do que nele se ventila, que seja sempre possível chegar a um acordo.

O caráter reformista da socialdemocracia permitiu o rebaixamento do nível de consciência política da organização dos trabalhadores em um momento de ameaça de ruptura da ordem social, com o avanço do projeto socialista.

Podemos evidenciar o papel histórico da socialdemocracia em um novo período de crise estrutural, iniciada no final dos anos 1960 e início dos anos 1970, com a hegemonia do receituário neoliberal diante da ameaça à sociabilidade burguesa. Uma vez evidenciados os limites desse receituário para a garantir a manutenção da hegemonia burguesa, conforme apontado por Anderson (1995), a Terceira Via – o projeto socialdemocrata repaginado – é apresentada como alternativa entre o neoliberalismo e o socialismo. A esse respeito, Lima e Martins (2005, p. 43) afirmam:

Em uma leitura crítica, ele pode ser também nomeado de “social-liberalismo”, conceituação que mais claramente expressa a retomada “envernizada” do projeto burguês que mantém as premissas básicas do neoliberalismo em associação aos elementos centrais do reformismo social-democrata.

Assim, se por um lado o reformismo se constitui na essência socialdemocrata, por outro, seu o arcabouço político-ideológico sempre esteve condicionado à dinâmica de valorização do capital e às regras da democracia restrita. Em outras palavras, no processo histórico, o projeto político-ideológico socialdemocrata, sob o pretexto de construir a sociedade mais “justa”, na realidade acaba por constituir-se em uma versão refinada do projeto burguês de sociabilidade. Com esse condicionamento, as ações e concepções socialdemocratas devem ser reformuladas a cada momento de crise estrutural, para proporcionar o suporte político-ideológico à continuidade da ordem social capitalista.

Nesse contexto, com a mesma essência e o mesmo papel no processo histórico, podemos visualizar a reformulação do arcabouço teórico-metodológico da socialdemocracia, materializado no projeto político-ideológico da Terceira Via. Apesar dos partidários da Terceira Via se apresentarem como uma “nova socialdemocracia”, a essência e o seu papel histórico continuam os mesmos, além da mesma estratégia de reformulação do projeto de sociabilidade burguês. As mudanças ocorrem na dinâmica de suas ações e na

atualização da leitura mistificada da realidade social, dando vitalidade à concepção de mundo burguesa. Como a conjuntura histórica é caracterizada pela queda do socialismo real, podemos visualizar com maior clareza a oposição entre socialdemocracia e socialismo. Assim, no atual projeto socialdemocrata, está estruturado um ataque central ao marxismo e à utopia socialista, retirando do horizonte qualquer perspectiva de transição para o socialismo. A oposição ao socialismo faz parte da constituição desse partido político. Na crise estrutural dos anos 1930, essa mesma oposição ao socialismo foi mistificada pela ideologia evolucionista para o socialismo, pois a eminência do projeto de sociabilidade socialista não permitia um ataque frontal. Assim, com o mesmo objetivo de salvar o capitalismo, hoje os partidários da Terceira Via ou da socialdemocracia repaginada, usam a mesma estratégia de reformulação do projeto de sociabilidade burgues, apresentando à sociedade civil uma reinterpretação mais “palatável” desse projeto.

Assim, as regras do jogo devem ser redefinidas para estabelecer novos limites, condicionando a ação política aos ditames das leis de mercado. Com esse objetivo, os conceitos vazios são acionados pelo capital para dar sentido à dicotomia entre economia e política e ganham novos contornos e significados. Assim, as formas de negociação entre capital e trabalho ganham nova dinâmica, em função do reordenamento da política e da economia, resgatando e modificando as formas neocorporativas de negociação entre capital e trabalho, dando-lhes ares mais contemporâneos. Dessa forma, a Terceira Via ou socialdemocracia repaginada possui papel fundamental na reconstrução de um pacto entre capital e trabalho limitado à dinâmica da ordem burguesa de produção e reprodução social da vida material.

Além do conhecimento do papel da socialdemocracia e a decorrente dinâmica de negociação baseada em sua filosofia política conciliatória, a compreensão da atual configuração do diálogo social exige a análise das principais formas de negociação entre capital e trabalho ao longo do processo histórico, ao que nos propomos a seguir.

## **2. Da Concertação Social ao Diálogo Social**

Fundada na possibilidade de conciliação de interesses entre classes antagônicas, os partidos socialdemocratas desenvolvem uma forma de negociação condicionada à ideologia de “concertação social”. Esse conceito tem origem na música, na ideia de harmonização de instrumentos musicais em uma orquestra. Assim, as ações de representações de interesses conflitantes estão baseadas em uma lógica de concertação social, ou seja, ações cooperativas para a harmonização social.

Como analisamos anteriormente, a configuração da luta de classes no Pós II Guerra Mundial era caracterizada pela mobilização das massas populares e ameaça da hegemonia burguesa, com a possibilidade de desenvolvimento do projeto socialista. Nesse contexto, como ações de rebaixamento da consciência política dos trabalhadores, o reformismo socialdemocrata gestou uma nova forma de corporativismo. Esse neocorporativismo estava organizado em fóruns tripartites, com representações de organizações dos

trabalhadores, dos empresários, com a mediação do Estado. Essa articulação institucional, nos países centrais do capitalismo, projetou uma forma de negociação coletiva em âmbito nacional, constituída de uma lógica concertativa, uma relação dialética entre a moderação salarial e a contrapartida da expansão dos direitos sociais. Com essa dinâmica condicionada à acumulação de capital e expansão dos direitos sociais, as organizações dos trabalhadores ocuparam espaços estratégicos no âmbito da aparelhagem estatal, conseguindo avanços significativos na conquista de direitos sociais e melhores condições de vida por meio da expansão dos benefícios gerados pelo modo de regulação social típico do Estado de Bem-Estar Social. As organizações de trabalhadores se tornaram sujeitos coletivos fundamentais para a definição de políticas públicas e especialmente as políticas sociais, com poder decisório.

Assim, a definição de neocorporativismo refere-se a uma articulação específica entre Estado, organizações empresariais e sindicatos de trabalhadores, configurando sistemas tripartites de formulação de políticas públicas. A noção de “concertação” refere-se a processos de cooperação entre Estado e organizações de trabalhadores e empresários (Keller, 1995, p. 74).

O pacto social formado por estruturas institucionais neocorporativas permeado pela lógica concertativa vai funcionar como instrumento pedagógico capaz de garantir o consenso durante o período de hegemonia do modo de regulação social de tipo keynesiano. Como expressão da crise estrutural evidenciada nas últimas décadas do século XX e da hegemonia do receituário neoliberal, em meados dos anos 1980, as ações concertativas com base em arranjos neocorporativos entram em declínio na Europa, justamente o palco de sua origem e desenvolvimento.

O que se percebe nesse contexto é que as organizações dos trabalhadores condicionadas à dinâmica de caráter concertativo encontraram dificuldades de reação à ofensiva neoliberal direcionada ao mundo do trabalho. Porém, também se percebe que a tradição do sindicalismo europeu com arranjos neocorporativos, com ações voltadas para negociações coletivas e integração nacional, tornou-se empecilho à implantação da agenda neoliberal, dificultando o processo de integração político-econômica da União Europeia (UE). A partir desse período, até o início dos anos 1990, os governos dos Estados-membros da UE promoveram encontros com negociações direcionadas para a reformulação da dinâmica das políticas de concertação social, condicionando as negociações à implantação do receituário neoliberal e à contenção da expansão do Estado de Bem-Estar Social.

Com a disseminação das medidas neoliberais como ações voltadas para o combate ao desemprego, dotando a Europa de flexibilidade e competitividade necessárias ao desenvolvimento econômico com garantias sociais, a Comissão Europeia consegue a legitimidade necessária para o reordenamento da política no contexto europeu, redefinindo o papel das instituições neocorporativas, limitando o poder de ação e decisão das organizações dos trabalhadores. Em um primeiro momento, os organismos sindicais foram condicionados a mudanças em suas ações, com moderação salarial e contenção da dinâmica de conquista de direitos sociais e políticos nos parâmetros da regulação social do Estado Bem-Feitor. Essa mudança na

dinâmica da concertação social foi legitimada pelo agravamento da crise do capital e de sua materialização na Europa e o aumento constante do desemprego. Nesse contexto, a Comissão Europeia construiu as bases para a modificação do papel das instituições na dinâmica da concertação social, promovendo o esvaziamento do poder decisório dos fóruns tripartites de negociação coletiva, transformando-os em instâncias consultivas e retomando o poder de decisão sobre as políticas públicas e reformas econômicas para o âmbito da aparelhagem Estatal.

A partir da construção das bases legitimadoras das mudanças necessárias ao reordenamento das relações de poder na Europa, os anos 1990 são marcados pelo ressurgimento das concertações sociais em outras bases, com tendências ao desenvolvimento de concertações setoriais e por empresa, em detrimento de negociações de âmbito nacional. São essas mudanças que impulsionam o desenvolvimento de acordos macroeconômicos em outras bases, forjando o atual diálogo social. Essa forma renovada de concertação tem como horizonte a construção de uma “Europa social”, modificando o padrão de negociação baseado em estruturas formadas por classes em conflitos, por outro, baseado em uma estrutura composta por parceiros da sociedade civil europeia, diluindo e negando o conflito de classes. Assim, o reordenamento da política tem como objetivo a construção de uma sociedade civil ativa, na construção do bem-estar social de novo tipo, expresso no ideal de uma “Europa Social”. Essa dinâmica tem como principal objetivo desconstruir a institucionalidade edificada pelo Estado Providência e aprofundar o projeto de Terceira Via, completamente afinado às demandas contemporâneas da sociabilidade do capital.

O projeto de Terceira Via sistematizado por Giddens (2005) vem sendo construído desde meados dos anos 1980. A proposição de regulação social da Terceira Via, portanto, passa a constituir-se em amplo e oportuno mecanismo de mediação do conflito de classes, resignificando os conceitos de cidadania e de democracia, ou seja, reformulando as formas de sociabilidade expressas em uma “nova cultura cidadã” e redefinindo os limites e as regras do jogo contidas na democracia restrita capitalista.

Essa lógica neocorporativa de caráter concertativo pode ser visualizada, por exemplo, na definição do conceito de diálogo social, desenvolvido pela OIT:

La definición de diálogo social con que trabaja la OIT incluye dentro del mismo todo tipo de negociación, consulta o simple intercambio de informaciones entre representantes de gobiernos, empleadores y trabajadores sobre cuestiones de interés común relacionadas con la política económica y social. Puede cobrar la forma de un proceso tripartito donde el gobierno es parte oficial en dicho diálogo o consistir en relaciones de carácter bipartito entre trabajadores y empleadores, o bien, entre organizaciones de trabajadores y de empleadores, con o sin intervención indirecta del gobierno. La concertación puede ser oficiosa u oficial, siendo con frecuencia una combinación de ambos tipos. Puede tener lugar en los planos nacional, regional o de la empresa. También puede ser interprofesional, intersectorial o una combinación de tales formas (OIT, 2007 – texto em html).

Nesse aspecto, esse organismo internacional de regulação das relações laborais concebe o diálogo social como toda dinâmica de negociação, consulta ou simples troca de informações entre governo,

empregadores e trabalhadores, caracterizando qualquer tipo de relação entre capital e trabalho como uma relação dialógica. Esse tipo de negociação pode assumir formas tripartites, com o direcionamento e mediação governamental, ou bipartites, entre trabalhadores e empregadores, ou organizações de trabalhadores e de empregadores, com ou sem intervenção indireta do governo. Além disso, as ações de caráter concertativo podem estabelecer acordos formais ou informais, com diferentes combinações entre setores e categorias profissionais, em âmbito nacional, regional ou por empresa. Dessa forma, a OIT estabelece o diálogo como único horizonte para o ordenamento das relações de poder na sociedade. Como principal objetivo do diálogo social, a OIT estabelece que:

El principal objetivo del diálogo social propiamente dicho es el de promover el logro de un consenso y la participación democrática de los principales interlocutores presentes en el mundo del trabajo. Las estructuras del diálogo social así como los procesos que se han desarrollado con éxito han sido capaces de resolver importantes cuestiones de índole económica y social, han alentado el buen gobierno, el progreso y la paz sociales, la estabilidad e impulsado el desarrollo económico (OIT, 2007 – texto em html).

Dentro da lógica da pedagogia política atual do Estado capitalista, a OIT estabelece a promoção da igualdade de oportunidades em um padrão mínimo de condições, em oposição à igualdade econômica e de condições materiais. Assim, “[...] o diálogo social desempenha um papel crucial na realização do objetivo da OIT de promover a igualdade de oportunidades entre os homens e mulheres para conseguir um trabalho produtivo e decente, em condições de liberdade, seguridade e dignidade”<sup>2</sup> (OIT, 2007 – texto em html).

Ao analisar o contexto europeu, Correia (2010, p. 185) constrói o significado conceitual de diálogo social, envolvendo duas dimensões. A primeira dimensão envolve a consensualização bipartite, construída por três parceiros sociais, sendo duas organizações de representação dos empregadores – União das Confederações da Indústria e dos Empregadores da Europa (Unice) e Confederação Europeia das Empresas Públicas (Ceep) – e uma organização sindical – a Confederação Europeia de Sindicatos (CES)<sup>3</sup>. Nessa dimensão, são desenvolvidos acordos entre “parceiros sociais”, realizados em negociações formais e informais. Segundo Correia (2010, p. 185), “a estratégia global que se encontra aqui presente visa impulsionar reformas sociais e econômicas que tornem mais justa a vivência dos trabalhadores na Europa”. A outra dimensão, em nível de bloco político-econômico, consiste nas ações desenvolvidas por uma engenharia institucional interligando o Parlamento, a Comissão Europeia, o Conselho Europeu e “parceiros sociais” que, segundo o autor, têm o objetivo de construção de um regime de acumulação que combine desenvolvimento econômico com “progresso social” (Correia 2010, p. 185).

---

<sup>2</sup> Tradução livre do original: “El diálogo social desempeña un papel crucial en el logro del objetivo de la OIT de promover la igualdad de oportunidades entre hombres y mujeres para conseguir un trabajo productivo y decente, en condiciones de libertad, seguridade y dignidad” (OIT, 2007 – texto em html)

<sup>3</sup> Além desses organismos coletivos a Confederação Europeia de Quadros (CEQ) tem assumido papel relevante nesse processo com uma articulação independente (CORREIA, 2010, p. 185).

No atual estágio de desenvolvimento do capital, o desempenho econômico não combina com “progresso social”, afinal, o desemprego estrutural, a desregulamentação do mercado de trabalho (flexibilização para a competitividade), a precarização social do trabalho são consequências das ações da burguesia financeira internacional para a recuperação das taxas de acumulação de capital. Neste contexto, o progresso da burguesia – a parte minoritária da sociedade – é apresentado como o progresso de toda a sociedade. Além dessa contradição, percebemos o uso do termo “parceiros”, utilizado por Correia (2010), para designar o papel social dos sujeitos políticos coletivos ou mesmo dos indivíduos, com a finalidade de expressar a ideia de que as representações dos trabalhadores e dos empresários supõem estabelecer entre si uma relação entre iguais. A forma de utilização deste termo “parceiros” está relacionada ao uso do conceito de sociedade civil como se esta fosse constituída de forma homogênea, com interesses consensuais, passíveis de harmonização. Nesse sentido, o uso do conceito de sociedade civil implícito na ideia de “parceiros” para designar a relação entre capital e trabalho, consiste em uma estratégia de negação/diluição do conflito entre classes antagônicas, favorecendo a hegemonia dos interesses da classe fundamental.

É nesse sentido que compreendemos o principal objetivo do diálogo social europeu, qual seja: a implementação de um modelo de desenvolvimento que limite as ações das organizações dos trabalhadores na direção de conquistas de direitos sociais. Assim, o diálogo social consiste no reordenamento das ações dos organismos de representação dos trabalhadores em direção ao desmonte do aparato jurídico-político do Estado de Bem-Estar Social europeu e à implementação da agenda neoliberal.

Para compreender melhor o conteúdo e a forma do diálogo social, faremos a seguir uma análise de seu desenvolvimento na Europa, evidenciando o momento em que essa forma de negociação entre capital e trabalho se torna um modelo para os países periféricos. Além disso, pretendemos evidenciar o ritmo, a forma e a dinâmica diferenciada desse modelo de negociação absorvido e implementado na América Latina.

### **3. A Construção do Diálogo Social na Direção da Reformulação do Pacto entre Capital e Trabalho**

Como vimos até aqui, no processo de mundialização do capital, a hegemonia do projeto neoliberal de sociabilidade, a partir dos anos 1980, desencadeia mudanças na esfera da produção e na relação entre Estado e sociedade civil. Essas mudanças promovem a desregulamentação do mercado de trabalho, a precarização das condições de trabalho e de vida da população Europeia, ameaçando a coesão social. Dessa forma, em meados dos anos 1980, o incentivo ao diálogo social começa a fazer parte do discurso dos governos integrantes da UE, como estratégia para a construção do consenso em torno da implementação da agenda neoliberal e da consolidação do bloco político-econômico Europeu.

Segundo Correia (2010, p. 186), na correlação de forças políticas, os efeitos da desregulamentação do mercado de trabalho e da privatização desencadeiam a revisão e o aprofundamento da regulamentação dos textos e tratados fundamentais da Comunidade Europeia, com o objetivo de aprimorar o diálogo social.

Como principal documento, Correia (2010, p. 186) aponta o Tratado de Roma<sup>4</sup>, que deu origem à atual forma do diálogo social. Ele caracteriza esse Tratado, como uma consolidação de intenções sociais difusas, sem a definição de estratégia econômica. O que o autor chama de difuso é a missão de elevar o padrão de vida dos cidadãos europeus e a promoção da igualdade no progresso a todos os trabalhadores, contido no Tratado de Roma. Nesse sentido, percebemos que a concepção de “difuso” de Correia (2010, p. 186) faz referência à falta de condicionamento da conquista de direitos sociais, limitada ao desenvolvimento da economia de mercado, nos moldes do atual diálogo social. Essa crítica de Correia (2010, p. 186) permite a visualização da mudança nas estratégias da pedagogia política estatal para educar a sociedade civil para o consenso em torno do projeto burguês de sociabilidade e suas diferenças entre o período de hegemonia do modo de regulação social típico do Estado de Bem-Estar Social e a ascensão do projeto neoliberal, como podemos verificar nessa afirmação:

No momento em que se começou a revelar uma pressão desreguladora e privatizadora sobre a economia e, ao mesmo tempo, deslegalizadora sobre o sistema jurídico, é que os tratados e os textos fundamentais da Comunidade Europeia deram um passo significativo na consecução dos objetivos traçados de forma difusa nos anos cinquenta, isto é, na estratégia de obtenção de um mínimo de harmonização social (Correia, 2010, p. 186).

No primeiro semestre de 1984, verificam-se ações do Governo Francês, representado pelo Ministro do Trabalho francês, Pierre Beregovoy, que “[...] convidou os parceiros sociais europeus a reunirem-se com o objetivo de iniciarem um diálogo social fecundo” (Correia, 2010, p. 186). Nesse primeiro momento, a configuração da luta de classes não permitiu o desenvolvimento do diálogo entre as representações de classe. Havia um claro conflito de interesses entre o Comitê Econômico e Social Europeu (Cese) e as representações do empresariado. Enquanto o Cese apostava na negociação coletiva e mostrava-se contrário a interferência de entidades, os empresários defendiam o diálogo social com foco na construção de consensos (Correia, 2010, p. 186).

Nesse contexto, com a liderança de Jacques Delors<sup>5</sup>, após sua ascensão à presidência da Comissão Europeia, em 1985, desenvolve-se a disseminação do diálogo social e articulação política necessária para alavancar esse modelo de mediação do conflito de classes como paradigma de negociação entre capital e trabalho, forjando o diálogo social europeu. A gestão de Delors compreende o período de 1985 a 1994, somando três mandatos consecutivos.

No desenvolvimento do diálogo social, a partir da gestão de Delors, Correia (2010, p. 186-190) identifica três ciclos, com características específicas, de acordo com a evolução dessa forma de negociação

---

<sup>4</sup> Instituição da Comunidade Européia em 25 de março de 1957.

<sup>5</sup> Jacques Delors é um político europeu de nacionalidade francesa, que presidiu a Comissão Europeia entre 1985 e 1995; foi autor e organizador do relatório para a *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO) da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, intitulado: *Educação, um Tesouro a Descobrir* (1996), publicado sob a forma de livro no Brasil pela Editora Cortez, em 1999. Nele se exploram os Quatro Pilares fundamentais da Educação: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver com os outros, aprender a ser. São estes pilares fundamentais indicados por Delors (1996) que hoje orientam os planejamentos educacionais de diversos países subjugados ao receituário neoliberal mediatizado pela Terceira Via em todo o mundo, assessorados/monitorados pelos organismos internacionais como a UNESCO, a OIT e o Banco Mundial, por exemplo (DELORS, 1999, p. 89-102).

política. Os ciclos estão compreendidos na seguinte periodização: 1º) de 1985 a 1991, período de declarações políticas; 2º) de 1991 a 2000, fase de constituição dos primeiros acordos; e 3º) de 2000 a 2010, fase de aprofundamento e consolidação do diálogo social.

No primeiro ciclo, está compreendido o início das articulações político-institucionais para a criação das primeiras formas jurídicas, com o objetivo de possibilitar a construção de mecanismos de controle do avanço nas conquistas sociais. Segundo Correia (2010, p. 186-187), já em 31 de janeiro de 1985, a gestão de Delors promove o primeiro encontro na cidade de Val Duchesse, em Bruxelas, na Bélgica. Em sequência, ocorre outro encontro, em 12 de novembro de 1985, também em Val Duchesse, promovendo a criação de dois grupos de trabalho, com o objetivo de dinamizar o diálogo social. Esse encontro tem como resultado avanços significativos na construção de uma dinâmica consensual. Com encontros regulares, os dois grupos constroem três pareceres indicando a ausência de políticas sociais no âmbito da UE, estabelecendo como prioridade o crescimento econômico e a geração de emprego na Europa, acompanhado de políticas de formação, motivação e consulta dos trabalhadores.

Como materialidade da criação de formas de controle jurídico-político, em 1986, os artigos 118-A e 118-B são adicionados ao Tratado de Roma, com a assinatura do *Acto Único Europeu*. Esses artigos vão regular as formas de participação da sociedade civil, englobando os organismos de representação dos trabalhadores e a representação dos empregadores, em outros termos, na institucionalidade do diálogo social europeu. Além disso, ocorre uma mudança estratégica na forma de votação, no âmbito da Comissão Europeia, sobre a definição de políticas sociais. Dessa forma, a votação em caráter de unanimidade passa a ser por maioria qualificada, facilitando a definição e implementação de novas regras e políticas europeias. Essa mudança transforma a Comissão Europeia em instância essencial para a definição de novas regras em nível europeu. Ainda no I ciclo, a legitimidade da Comissão Europeia para estabelecer propostas e direção às temáticas sociais se consolida a partir de um documento de intenções, sem caráter de obrigação, estabelecendo um nivelamento mínimo dos direitos dos trabalhadores a ser adotado pelos Estados-membros. Esse documento, aprovado em 1989, consiste em uma Carta Comunitária dos Direitos Fundamentais dos Trabalhadores, ratificada por onze Estados-membros, com um voto contra: o da Inglaterra, no Governo de Margaret Thatcher.

Em um segundo momento do processo de construção do diálogo social, caracterizado por Correia como uma fase de materialização dos primeiros acordos-quadro, a Carta Comunitária dos Direitos Fundamentais dos Trabalhadores é incluída como anexo ao Protocolo referente à política social, em um novo documento que alterou o Tratado de Roma. O Tratado de Maastricht<sup>7</sup> definiu uma nova dinâmica institucional, estabelecendo a obrigatoriedade da Comissão Europeia em consultar os “parceiros sociais”, contidos nos artigos 138 e 139, e a redefinição do papel desses “parceiros sociais”. Além disso, estabeleceu uma cláusula de suspensão da iniciativa legislativa durante o processo de negociação entre os três “parceiros

---

<sup>6</sup> Essa reunião foi realizada em Luxemburgo, no período de 17 a 28 de fevereiro de 1986.

<sup>7</sup> O *Tratado de Maastricht* é formulado em 31 de dezembro de 1991 e entra em vigor em 07 de fevereiro de 1992 (CORREIA, 2010, p. 187).

sociais”. Segundo Correia, o Tratado de Maastricht será o ponto de partida para a materialização de um conjunto de acordos-quadro, caracterizando um período de declarações jurídicas<sup>8</sup>. A partir da entrada em vigor do Tratado de Maastricht,<sup>9</sup> ocorre a instituição do Comitê de Diálogo Social com dinâmica de três reuniões por ano, com o objetivo de desenvolver uma metodologia para aprofundar o diálogo social europeu. Como forma de aprofundar o diálogo, em 1998, o Comitê de Diálogo Social ramifica suas ações em 27 comitês setoriais de diálogo social, direcionados ao aprofundamento da implementação da política social europeia.

Com ritmo e dinâmica diferenciada, Costa (2002) analisa a evolução da integração entre nações no bloco regional da UE e no bloco regional do Mercado Comum do Sul (Mercosul). Segundo este autor, a correlação de forças políticas internacionais influencia diretamente o ritmo e a constituição de um mercado comum pleno por blocos regionais de acordo com os interesses de blocos hegemônicos. Como ocorre nas disputas de influência entre o *North American Free Trade Agreement* (Nafta)<sup>10</sup>, com a tentativa de integração continental por meio da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) e alianças estabelecidas entre UE e Mercosul. Como principal impulso para a constituição do Mercosul, Costa aponta o Protocolo de Ouro Preto, em 1994, conferindo-lhe personalidade jurídica internacional e estabelecendo uma institucionalidade ao Mercosul.

Em um terceiro momento, o desenvolvimento da metodologia pelo Comitê de Diálogo Social toma a forma de uma ampla estratégia de transformação da institucionalidade europeia em toda a dimensão social, voltada para dotar a economia europeia da competitividade e flexibilidade das relações laborais necessárias ao atual estágio de desenvolvimento do capitalismo monopolista. Assim, a partir da Cimeira Europeia de Lisboa, em 2000, com o discurso de alcance do pleno emprego e harmonização social, o diálogo social se torna um paradigma de conformação das relações de poder. Dessa forma, sua dinâmica, contendo os pressupostos político-ideológicos da atual pedagogia política, é desenvolvida por meio de uma engenharia institucional baseada em Conselhos de Empresa Europeus.

Como afirma Correia (2010, p. 188),

ao mesmo tempo, pretende-se que também possa ser obtido um reforço do diálogo social europeu através das empresas, designadamente pela criação dos Conselhos de Empresa Europeus, que permitam o debate em torno de políticas que privilegiem a responsabilidade social das empresas. No fundo, através desta consensualização contratual operada nas empresas ou em setores econômicos, tem-se impedido que se legisle de forma mais vaga e abstracta.

---

<sup>8</sup> Os acordos-quadro subscritos pela institucionalidade do diálogo social são: papel dos parceiros sociais no desenvolvimento do diálogo social, em 31 de outubro de 1991; sobre licença parental, em 14 de dezembro de 1995; sobre o trabalho a tempo parcial em 06 de junho de 1997; sobre emprego na agricultura; sobre contratos a termo certo; em janeiro de 1999 (CORREIA, 2010, p. 188).

<sup>9</sup> Após o *Tratado de Maastricht*, ocorreram os tratados de Amsterdam, em 1997; de Nice em 2000; e uma tentativa de criação da *Constituição Européia*, esvaziada pela rejeição da população francesa e holandesa, verificada em referendos realizados em 2005. Apesar de ter sido ratificada por vinte e cinco Estados-membros da União Européia, assinado em Roma em 29 de abril de 2004, o processo foi finalizado.

<sup>10</sup> Composta pelos Estados Unidos, Canadá e México.

Além da disseminação do diálogo social com maior abrangência, por meio dos Conselhos de Empresa Europeus, essa estratégia de ramificação e modificação da institucionalidade tem contida em seus pressupostos a consolidação da negociação descentralizada em âmbito setorial e por empresa. A descentralização da negociação coletiva em âmbito nacional e da União Europeia é vista por Correia como um processo de maior autonomia, concretude, além de proporcionar o aprofundamento do diálogo social. Como podemos perceber em sua afirmação: “[...] gradualmente, denota-se na evolução deste diálogo social que se passa do vazio à contratualização, da dependência à autonomia e dos acordos genéricos e de caráter mais abstrato a acordos sectoriais e de empresa” (Correia, 2010, p. 189). Essa dinâmica descentralizadora se consolida como uma estratégia da institucionalidade do diálogo social, a partir da Cimeira de Laeken, em dezembro de 2001 (Correia, 2010, p. 189).

O avanço do diálogo social como paradigma de ordenamento das relações de poder na sociedade tem como direção a diminuição dos acordos coletivos em âmbito nacional e da UE, consistindo em ampla estratégia de rebaixamento da consciência política dos trabalhadores. Nesse sentido, os anos 2000 são caracterizados pela diminuição substancial de acordos coletivos.

Com essa análise da dinâmica de consolidação do diálogo social europeu, verificamos uma fase de legitimação e construção das bases para a reformulação do pacto social entre capital e trabalho, uma fase de materialização dos instrumentos político-jurídicos e uma fase atual de consolidação do diálogo social como única forma de negociação possível entre capital e trabalho. A fase de aprofundamento do diálogo social consiste na expansão dos aparelhos privados de hegemonia e disseminação da lógica do diálogo social fundamentada na atual pedagogia política. A educação para o consenso em torno do atual projeto de sociabilidade burguesa alcança maior abrangência com a ramificação da engenharia institucional para o âmbito fabril, com os Conselhos de Empresa Europeus. A partir de Gramsci (1989), é possível apreender que a hegemonia se constrói na fábrica. Assim, a engenharia institucional do diálogo social europeu se constitui em um reordenamento das relações de poder no âmbito da sociedade europeia. O diálogo social, desta forma, tem como função criar mecanismos de controle dos organismos dos trabalhadores e rebaixar seu nível de consciência política, forjando um novo pacto social, condicionando o desenvolvimento social e humano à atual dinâmica do capitalismo monopolista.

#### **4. Tendências da Institucionalidade do Diálogo Social em Nível Mundial**

Os estudos sobre as formas de negociação (concertação social, diálogo social) entre capital e trabalho têm enfatizado o avanço no desenvolvimento social limitado à dinâmica atual da economia mundial, apresentando-o como única forma de alcançar melhores condições de vida para os trabalhadores. Além disso, apontam a necessidade do desenvolvimento de uma institucionalidade sindical em bloco

regional e supranacional, constituindo-se em estruturas mundiais de controle das ações dos organismos de representação dos trabalhadores.

Nesse contexto, no início dos anos 1990, podemos visualizar o interesse de governos latino-americanos na consolidação da institucionalidade do diálogo social em organismos supranacionais como o Mercosul e Organização dos Estados Americanos (OEA) (Sant'ana, 2003, p. 117-118). Essa engenharia institucional se constitui de organismos internacionais, regionais, nacionais e locais, como uma rede de mecanismos de mediação do conflito de classes e conformação ao atual padrão de sociabilidade.

Como liderança político econômica na América Latina, o Brasil possui representações do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) em fóruns sociolaborais, como a Comissão Sociolaboral do Mercosul, além do SGT 1011 da Conferência Interamericana de Ministros do Trabalho (CIMIT) da OEA (Sant'ana, 2003, p. 118). Segundo Sant'ana (2003, p. 117-118), a América Latina e o Caribe possuem como elemento unificador a pobreza e exclusão social ao longo do processo histórico. Esse problema é agravado com a hegemonia do projeto neoliberal na América Latina e Caribe. Como afirma, Sant'ana (2003, p. 117-118), “[...] ao contrário das expectativas, esse alinhamento à economia global raramente se traduziu em crescimento econômico, expansão do emprego, melhoria das condições sociais e redução da pobreza”. A partir desse quadro de ameaça diante da instabilidade na Região, Sant'ana (2003, p. 117-118) aponta como foco prioritário para a dinâmica dos fóruns sociolaborais a harmonização de políticas de trabalho e renda, conformando a regulação laboral pelos parâmetros estabelecidos pela OIT, em torno do conceito de “trabalho decente”<sup>12</sup>.

A dimensão sociolaboral no âmbito do Mercosul se torna espaço de disputa entre projetos político-ideológicos desde sua constituição. Essa disputa está fundamentada na crítica apresentada por Sant'ana (2003, p. 119) sobre a forma de constituição desse Bloco Regional, conforme o seguinte:

O Mercosul, a exemplo da experiência de formação do Mercado Comum Europeu e de outros blocos regionais, sustenta-se em postulados econômicos e comerciais e surge em um ambiente impregnado pela ideologia neoliberal, que proclama a supremacia dos dogmas da liberdade individual e de mercado, da competição, da produtividade sobre qualquer consideração de natureza social.

Como aspectos da disputa de projetos político-ideológicos, podemos visualizar as ações dos Ministros do Trabalho dos países membros do Mercosul, em torno da abertura de espaços de negociação nesse Bloco Regional. Essa abertura ocorre a partir da Declaração de Montevideu em 1991, com a constituição do SGT 11 e seu sucessor, SGT 10. Esse organismo tem a forma tripartite, envolvendo representações governamentais, empresariais e dos trabalhadores. Sant'ana (2003, p. 119) chama a atenção para o importante papel dos movimentos sociais na consolidação do SGT 10 e na negociação em torno da

---

<sup>11</sup> Inicialmente esse organismo era nomeado por SGT 11, modificando sua nomenclatura para SGT 10 – assuntos trabalhistas, emprego e seguridade social – em 1992.

<sup>12</sup> Esse conceito é difundido à partir dos anos 1999, como um novo padrão de regulação laboral, ajustado à atual dinâmica do capitalismo, pelo então Diretor Geral da OIT, Juan Somavía (SANT'ANA, 2003, p. 117).

dimensão sociolaboral, principalmente os movimentos reunidos na Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul (CCSCS).

A partir do Protocolo de Ouro Preto, em 1994, ocorre grande impulso na complexificação da institucionalidade do Mercosul. Esse processo é materializado na abertura de espaços em fóruns consultivos, nos moldes do diálogo social europeu, como: a Comissão Sociolaboral do Mercosul (CSM), o Foro Consultivo Econômico-Social<sup>13</sup>, a Reunião dos Ministros do Trabalho, além do SGT 10. Segundo Sant'ana (2003, p. 120), esses organismos têm como função os estudos em torno de temas sociolaborais, auxiliando com proposições ao Grupo Mercado Comum (GMC) e ao Conselho do Mercado Comum (CMC).

Na dimensão da representação dos trabalhadores, o desenvolvimento da institucionalidade do Mercosul exige a consolidação de estruturas em nível de bloco regional, como centrais sindicais do bloco político-econômico.

Ao analisar a dinâmica de integração nos blocos da UE e do Mercosul, Costa (2002, p.72-73) evidencia a mesma exigência de estruturas uniformes de participação dos trabalhadores, como processos de transnacionalização sindical. Essa construção institucional tem como objetivo o reordenamento das relações de poder, conformada ao atual padrão de sociabilidade do capital. Como principal entrave a essa construção no âmbito da UE, Costa (2002, p. 72-73) evidencia a cultura sindical com tradição nacional. Dessa forma, a tendência de regulação das relações laborais em nível europeu não significa a efetividade na desnacionalização dessa regulação. No âmbito do Mercosul, Costa (2002, p. 73) aponta os seguintes obstáculos: a) a resistência dos organismos de representação sindical dos trabalhadores na modificação da cultura de negociação, mais adequada ao atual padrão de regulação do trabalho, fundamentado no conceito de trabalho decente; b) a necessidade de grandes investimentos na reconfiguração e construção da institucionalidade sindical em âmbito transnacional; c) a falta de uniformidade nos sistemas legais e na adesão e aplicação das normas de regulação sociolaboral estabelecidas pela OIT.

No âmbito do Mercosul, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) tem assumido o papel de protagonista do novo padrão de sociabilidade, buscando espaços de participação na consolidação da regulação sociolaboral fundamentada no conceito de “trabalho decente”. Como podemos evidenciar na seguinte afirmação de Costa (2002, p. 79),

A terceira fase, entre 1993 e 1998, ficou marcada por um maior dinamismo das centrais sindicais. Neste espaço temporal, a ação sindical, em especial protagonizada pela CUT brasileira e pelo Plenário Intersindical de Trabalhadores – Central Nacional de Trabalhadores (PIT-CNT) do Uruguai, revelou-se mais ativa, tendo as centrais sindicais dos quatro países do Mercosul passado a “disputar abertamente espaços no processo de negociação.

---

<sup>13</sup> Sua composição está destinada a representantes da sociedade civil (SANT'ANA, 2003, 120).

Podemos apontar alguns aspectos e particularidades do diálogo social no Brasil, como estratégia do Estado para a construção da engenharia institucional em seus moldes. As primeiras experiências para a reformulação das relações de poder dos organismos dos trabalhadores identificadas por políticas sindicais de caráter concertativo desenvolvem-se no contexto da hegemonia do projeto neoliberal e da metamorfose do movimento sindical brasileiro, nos anos 1990. Essa metamorfose marca a mudança na postura combativa do movimento sindical de massa da CUT, para um sindicalismo neocorporativo de caráter concertativo, com ações corporativas setoriais (Cf.: Souza, 2002; 2009a; 2009b).

Nesse sentido, a adoção da institucionalidade neocorporativa com fóruns em formato tripartite é apresentada como solução para a crise do sindicalismo brasileiro. Além disso, sua institucionalidade é caracterizada como forma de controle do Estado pela sociedade civil, como aumento do controle sobre a gestão de políticas públicas.

Como vimos anteriormente, no início dos anos 1990, as estratégias estatais para a construção de um novo pacto social entre capital e trabalho e reformulação dos mecanismos de regulação do trabalho na América Latina pode ser visualizada nas ações dos ministros do trabalho nas comissões/conselhos sócio laborais no âmbito do Mercosul. Dessa forma, em consonância com esses interesses, a busca de legitimidade política em torno da construção de estruturas neocorporativas setoriais pelo Governo brasileiro ocorre no momento de consolidação dos primeiros acordos jurídicos sobre o diálogo social europeu. Essas mudanças se dão de forma articulada aos interesses dos Estados membros da OEA. Assim, por meio das experiências de negociação em câmaras setoriais da indústria automobilística, o Governo brasileiro ensaia os primeiros passos para inserção do País no reordenamento das relações de poder em âmbito internacional. Dessa forma, as experiências das câmaras setoriais são o ponto de partida para a construção da engenharia institucional da política pública de trabalho, qualificação e geração de emprego e renda no Brasil.

## **Conclusão**

A título de considerações finais, a análise do papel da socialdemocracia na dinâmica da ordem social capitalista, nos permite compreender o reformismo como expressão da forma de ser e atuar socialdemocrata, mesmo em sua versão repaginada, a Terceira Via. Nesse sentido, o reformismo consiste na estratégia de mudanças substantivas, embora nos limites da ordem social vigente. Pudemos ver essa essência reformista, na análise da forma de ser e atuar da socialdemocracia clássica e na atualidade com a socialdemocracia liberal ou Terceira Via. Na dinâmica de atuação da social democracia, compreendemos o diálogo social como estratégia pedagógica voltada para conformar ética e moralmente a sociedade civil aos princípios das leis de mercado.

A partir da crise estrutural do capital, evidenciada no final dos anos 1960 e início dos anos 1970, ocorreram mudanças estruturais e superestruturais. Nesse contexto de reordenamento da política e da economia, o diálogo social se torna uma das principais diretrizes do projeto de sociabilidade burguês,

consistindo em ampla estratégia de reordenamento da política, em nível mundial, fundamentada na possibilidade de conciliação de interesses antagônicos entre capital e trabalho. Essa diretriz fundamenta a constituição de uma engenharia institucional voltada para a conformação do atual padrão de sociabilidade. Assim, a engenharia institucional desenvolvida nos diferentes blocos político-econômicos tem como principal objetivo a obtenção do consentimento ativo ou mesmo passivo da classe trabalhadora em torno do atual projeto de sociabilidade burguesa (Cf.: Souza, 2013; 2015).

Como diretrizes do diálogo social estão o desmonte do Estado de Bem-Estar Social e a conformação da sociedade civil nos limites das leis de mercado. Dessa forma, ocorre a modificação da pedagogia política para a manutenção da hegemonia burguesa em um contexto de ampliação do controle social sobre as decisões estatais. Como parte de uma pedagogia política, é disseminado pela OIT o conceito de “Trabalho Decente”, na elaboração de uma “Europa Social” com padrões mínimos de bem-estar, mais adequado ao atual estágio do capitalismo monopolista, no que concerne aos países de centro do capitalismo. Em países dependentes, o diálogo social e sua engenharia institucional desenvolvem-se a partir de blocos político-econômicos alinhados às diretrizes dos organismos internacionais, com medidas de alívio da pobreza e aprofundamento da hierarquização entre nações. Ao mesmo tempo em que essa engenharia institucional está voltada para a mediação do conflito de classes, promovendo a harmonização ou coesão social, ela abre espaços de participação limitada na estrutura de controle do Estado. Nesse sentido, podemos apontar essa estratégia como uma tentativa de resolução provisória da contradição entre a socialização do poder político e a apropriação privada do poder.

## Referências

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, E. & GENTILI, P. **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra 1995, pp.9-23.

CHÂTELET, François. Dialética, diálogo, discussão. **Universidade e Sociedade**, Brasília, n.º. 30, p. 188-189, junho/2003.

CORREIA, Antônio Damasceno. O diálogo social europeu. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, v. 51, n.º. 81, p. 185-194, janeiro-junho/2010.

COSTA, Hermes Augusto Costa. A ação sindical na UE e Mercosul: limites e desafios. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra (PT), n.º. 62, p. 69-96, junho/2002.

DELORS, Jacques. **Educação: um tesouro a descobrir**. São Paulo: UNESCO, MEC, Cortez Editora, 1999. [Cap. IV - Os Quatro Pilares da Educação], pp. 89-102.

GIDDENS, Anthony. **A terceira via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia**. Traduzido por Maria Luzia X. de A. Borges. 5ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2005. 169p.

GRAMSCI, Antônio. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Traduzido por Luiz Mário Gazzaneo. 7ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

KELLER, Wilma. Neocorporativismo e trabalho: a experiência brasileira recente. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 09, n.º. 04, p. 73-83, outubro-dezembro/1995.

LIMA, Kátia Regina de Souza; MARTINS, André Silva. Pressupostos, Princípios e Estratégias. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005. p. 43-67.

MANDEL, Ernest. **A natureza do reformismo socialdemocrata: a social democracia sem amparo**. 1993. 32p. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/mandel/1993/09/21.htm> . Acessado em 12/12/2010.

OIT. **Diálogo Social**. 2007. Disponível em: <http://www.ilo.org/public/spanish/dialogue/themes/sd.htm>. Acessado em 03/08/2011.

SANT' ANA, Marcílio Ribeiro de. Diálogo social e harmonização de políticas públicas de trabalho na América Latina e no Caribe: as experiências do MERCOSUL e da Conferência Interamericana de Ministros do Trabalho da Organização dos Estados Americanos (OEA). In: MEHEDFF, Carmen Guimarães e PRONKO, Marcela (Org.). **Diálogo social, harmonização e diversidade no mundo do trabalho**. Brasília: FLACSO, 2003. p. 116-142.

SOUZA, José dos Santos. **Trabalho, educação e sindicalismo no Brasil – anos 90**. Campinas (SP): Autores Associados, 2002. 223 p.

SOUZA, José dos Santos. O Sindicalismo Brasileiro Frente às Mudanças no Trabalho, na Produção e na Qualificação do Trabalhador. **Tempos Históricos**, vol. 13, p. 181-201, 1º semestre – 2009a.

SOUZA, José dos Santos. Trabalho e formação do trabalhador na trajetória da CUT em tempos de globalização. **Revista HISTEDBR On-Line**, v. 9, n. 33e, p. 121-146, maio/2009b.

SOUZA, José dos Santos. A educação profissional no contexto da reengenharia institucional da política pública de trabalho, qualificação e geração de renda: novos e velhos mecanismos de manutenção da hegemonia burguesa no Governo FHC. **Revista Trabalho Necessário**, ano 11, n.º 16, p. 01-36, 2013.

SOUZA, José dos Santos. A formação do trabalhador no contexto da reconfiguração do trabalho, da produção e dos mecanismos de mediação do conflito de classe. **Revista Contemporânea de Educação**, vol. 10, n. 20, p. 273-290, julho/dezembro de 2015.